



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 069

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 069**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	02
2ª Discussão	03
1ª Discussão	03
Encerramento da Sessão Ordinária.....	26

002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
28 DE JUNHO DE 2005**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori.

Presenças:

Às dezoito horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo

Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Valdir Rossoni (47). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Ordem do Dia:

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Quero participar aos Srs. Deputados que, além das Sessões que vamos ter amanhã - Ordinárias às 10 horas da manhã e Extraordinárias logo a seguir às 17 horas está marcada uma Sessão Solene para o título de cidadania benemérita do Paraná ao alpinista Waldemar Niclewicz, proposição do Deputado Orlando Pessuti encaminhada pelo Deputado Antonio Anibelli.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, que altera *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente ao cargo, na forma que especifica e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 111/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Às entidades sindicais representantes de servidores públicos estaduais do Paraná é assegurada a liberação dos servidores eleitos para cargos de direção sindical, na proporção de 4 (quatro) dirigentes, mais 1 (um) dirigente para cada 2.000 (dois mil) servidores associados, por entidade sindical, até o limite de 15 (quinze) liberados”.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos Deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que proíbe o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 096/2005

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 096/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo proibir o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviços públicos.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

em apurada sobre a constitucionalidade depreende-se a não incidência de irregularidade constitucional e regimental.

Conclusão

Diante do exposto em análise técnica, jurídica depreende-se do projeto de lei em epígrafe, a constitucionalidade, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 096/2005, apresentando parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 096/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

Pela proposição sob análise, pretende o autor que fique vedado o atendimento telefônico eletrônico nos órgãos públicos e suas concessionárias.

O atendimento eletrônico consiste em atendimento onde o usuário é conduzido, passo a passo, para ser atendido sem que este funcionário público o atenda pessoalmente. É uma espécie de auto-atendimento.

Deve-se concordar com o autor quando justifica nos termos a seguir.

“O cidadão é desrespeitado com um atendimento mecânico que o faz esperar por horas, ouvindo música e sempre com reiterada solicitação de digitar números, matrículas códigos, senhas, etc., até que o mesmo desista de ser atendido”.

O acelerado avanço das tecnologias de comunicação e a automação de serviços devem ser usados para benefício da sociedade e não apenas para suprimir postos de trabalho e artificializar atendimentos.

Os contribuintes não podem continuar sendo atendidos apenas por máquinas e que, quase sempre, não conseguem solucionar o problema levantado pelo usuário do serviço público.

E mais, o administrador público deve ter consciência da grande exclusão digital que existe em nosso país. O que para muitos pode ser simples, para tantos outros é algo inatingível.

O serviço prestado diretamente por profissionais humaniza o atendimento e gera mais empregos.

Por não se saber o impacto imediato no funcionamento dos serviços, bem como sua amplitude, não é possível demonstrar o impacto financeiro.

É certo que os benefícios serão muito maiores do que o impacto financeiro no Orçamento do Estado do Paraná.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, pois presentes os requisitos formais e materiais exigidos ao caso.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 096/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo proibir o atendimento telefônico eletrônico (por gravação) ao usuário nos órgãos públicos e empresas concessionárias de serviço público, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2005, de 29/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 130/2005

P A R E C E R :

Do projeto

De autoria do Deputado Nereu Moura, o Projeto de Lei nº 130/2005, visa autorizar o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul até a PR-566.

Do parecer

A rodovia com 18.10 km, dos quais 10.3 km pavimentados com pedras irregulares e 7.8 km sem qualquer pavimentação é de grande importância para o desenvolvimento regional, eis que liga a sede urbana do Município

de Bom Sucesso do Sul até a PR 566, no trecho entre Itapejara d'Oeste e Francisco Beltrão.

A região essencialmente agrícola depende de benfeitorias e conservação da estrada em toda a sua extensão, sendo de extrema complexidade a permanência sob a tutela do poder público municipal. Sob os cuidados do Estado tem-se que haverá maior possibilidade de manutenção dentro do plano rodoviário estadual.

Do voto

Da análise legal e constitucional conclui-se estar o projeto de lei dentro das condições necessárias para sua tramitação, parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 130/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2005

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aqui, de acordo com o que votamos na Sessão anterior, um Projeto que é inconstitucional.

Segundo o Deputado José Maria e os que colocaram suas posições aqui, aquele projeto da energia, segundo eles era inconstitucional porque gerava despesas ao Poder Executivo e não havia previsão orçamentária para essas despesas. A partir da hora em que se inclui na malha rodoviária estadual ligando município a uma rodovia, haverá custos também, Sr. Presidente.

Então, eu dentro da mesma linha, acredito que este projeto, mesmo tendo parecer favorável da CCJ deve ser inconstitucional.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu vou acompanhar o voto do Deputado José Maria porque ele tem sido intransigente na questão da constitucionalidade.

Eu espero o pronunciamento do Deputado José Maria e acompanho seu voto e gostaria de registrar nosso voto favorável com o voto deles.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado, Deputado.

Em votação.

Aprovado.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 161/2005

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 161/2005, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, tem por escopo alterar a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca contemplar também os inativos e pensionistas com a permissão de consignação em suas folhas de pagamento, desta forma quanto ao mérito parece tratar com um critério mais justo a todos os servidores públicos.

Analisando sob a ótica legal, constitucional e regimental, o projeto de lei não apresenta óbice em prosseguir, uma vez que atende às questões da iniciativa, não se tratando do disposto no artigo 66, inciso I e II da constituição estadual: artigo 66. Ressalvado o disposto nesta constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

Vale dizer que o projeto vem contemplar aposentados, mas não trata de aumento de remuneração ou regime jurídico algum, somente dando a oportunidade já exis-

tente aos ativos, de conseguirem buscar empréstimos em consignações em folhas de pagamento.

Conclusão

Diante do exposto esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 161/2005, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tão pouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 07.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 161/2005

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

O *caput* do artigo alterado por esta proposição está vigente com o seguinte teor:

Art. 2º Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa do servidor, a consignação de:

Os incisos enumeram as hipóteses em que o servidor poderá autorizar o desconto.

A nova redação proposta tem o seguinte teor:

Art. 2º Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa dos servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná, consignação de:

Os incisos repetem o mesmo rol constante da lei vigente.

A parte destacada do texto é a mudança proposta.

O texto vigente assegurava os descontos enumerados nos incisos, apenas aos servidores ativos.

A nova redação assegura também aos aposentados e pensionistas, sempre mediante autorização expressa dos mesmos.

Ocorre que ao inserir a expressão “civis” no artigo 2º, os militantes ficam excluídos dos direitos assegurados no mesmo artigo.

Por esta razão propomos a emenda em anexo para que o artigo passe a vigorar mantendo também os direitos dos militares ativos, inativos, bem como os pensionistas.

A proposição não representa aumento de despesas ao Estado e tampouco renúncias de receitas.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição acrescida da emenda modificativa, pois presentes os requisitos formais materiais exigidos ao caso.

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

**EMENDA MODIFICATIVA DA COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 161/2005**

P A R E C E R :

Modifique-se o artigo 2º da Lei nº 13740/2002, modificado pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 161/2005, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Além dos descontos compulsórios, será permitida, com autorização expressa dos servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná, consignação de:

Sala das Comissões, em 22.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Apoioamento:

Artagão Júnior e Cesar Seleme.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2005, de 26/04/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 215/2005**

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior tem como texto:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação ao Município de Kaloré, os lotes urbanos nºs 06 e 07 da quadra 33, ambos com 588,40 m2 cada, sob as matrículas respectivamente de nº 5397 e 5598 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.”

“Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para fins de implantação de programas de geração de emprego e renda do município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.”

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

O referido projeto é constitucional, pois o artigo 10 da Constituição Estadual, determina que:

“Art. 10 Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.” (grifo nosso)

Nesse sentido, é senão constitucional o projeto de lei em questão, pois, cabe ao Legislativo autorizar mediante lei, o Executivo a realizar a doação de bens imóveis do Estado, desde que observados os requisitos.

Sala das Comissões, em 14.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 215/2005**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ratinho Júnior, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, imóvel que corresponde aos lotes urbanos nºs 06 e 07 da quadra 33, ambos com 588,40 m2 cada, sob matrículas de nº 5397 e 5598 respectivamente, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

Fica disposto que os imóveis serão utilizados para fins exclusivos de implantação de programas de geração de emprego e renda, caso contrário deverão retornar ao patrimônio estadual, ficando gravadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável opinando pela sua aprovação na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2005.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui na Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar, a licença especial remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada ao policial militar. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 032/2005, de 26/04/2005).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 217/2005**

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 217/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, institui na Lei nº 1943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar, a licença espe-

cial remunerada para fins de transferência para a Reserva Remunerada ao Policial Militar.

Fundamentação

O presente projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, estando sua redação de acordo com a técnica legislativa, motivo pelo qual nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis o projeto apresenta condições de tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 217/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituiu a licença remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada ao Policial Militar.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável, que objetiva estender ao funcionário público militar os mesmos benefícios da Lei nº 14.503/2004, que concedeu licença especial remunerada ao servidor público civil.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 053/2005, de 01/06/2005).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 341/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre a concessão de isenção do ICMS nas operações internas com o trigo e seus derivados, visando ampliar o acesso da população

aos produtos, incentivar o desenvolvimento econômico e geração de empregos no Estado do Paraná.

É público e notório que nos últimos dias a guerra fiscal foi avivada, especialmente por força de medidas adotadas pelo Governo de São Paulo, que deu tratamento diferenciado ao trigo e seus derivados, gerando, destarte, imediata reação da classe produtora paranaense, já que os prejuízos advindos da diferença tributária trarão a falência e o desemprego no Estado do Paraná.

Assim, por representar os anseios de toda comunidade, não poderia a Assembleia Legislativa deixar de somar-se na busca de uma solução para tão grave problema.

Fundamentação

É inegável que as Assembleias Legislativas podem legislar sobre matéria tributária, na forma do artigo 24 da Constituição Federal.

No caso presente a questão reveste-se de verdadeira medida compensatória, que no passado teve Legislação própria criada por esta Casa de Leis, através da Lei nº 10.689/93 e, mais recentemente, a Lei nº 14.160, de 16/10/2003.

As referidas legislações foram criadas justamente para proteger a economia estadual frente aos inúmeros benefícios concedidos pelas outras unidades da Federação, em desacordo com as regras constitucionais, sendo exatamente este o caso que ora se discute.

Conclusão

Pelos motivos expostos, pelos fundamentos legais, sou de parecer pela constitucionalidade do presente projeto, na forma do substitutivo geral que apresento e que incorpora sugestões da área fazendária e do segmento interessado, consolidando tanto as disposições da regra atualmente em vigor (diferimento), como a isenção prevista no projeto original, além de substituir o mecanismo da redução da base de cálculo pela concessão de crédito presumido dando nova dinâmica ao ajuste que se pretende com o presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 341/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre isenções de ICMS.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, pare-

cer favorável, por entender que a proposição em tela objetiva incentivar o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Substitutivo da CCJ.

Gostaria que o Deputado Reni Pereira fizesse a leitura.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

(Lê):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N 341/2005

Art. 1º O lançamento do imposto incidente nas operações internas com trigo em grão classificado na posição 10.01.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH fica diferido para o momento em que ocorrer:

- a) sua saída para outro Estado;
- b) sua saída para o exterior;
- c) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Parágrafo Único. O diferimento previsto neste artigo, tratando-se de mercadoria importada do exterior, aplica-se à operação realizada por estabelecimento fabricante de farinha de trigo ou de outros produtos que utilizem como matéria prima o trigo em grão, situado em território paranaense, em que o desembarque e o desembaraço aduaneiro da mercadoria ocorram no Estado.

Art. 2º O lançamento do imposto incidente nas operações internas de farinha de trigo classificada na posição 1101.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, e de mistura pré-preparada de farinha de trigo para panificação, que contenha no mínimo 95% de farinha de trigo, classificada no código 1901.20.00 da Nomenclatura Brasileira Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, promovida pelo seu fabricante, fica diferido para o momento em que ocorrer:

- a) sua saída para outro Estado;
- b) sua saída para o exterior;
- c) sua saída de estabelecimento atacadista ou varejista;
- d) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização.

Art. 3º Não se encerra a fase do diferimento quando a saída estiver também alcançada por diferimento, inclusive em operações interestaduais.

Art. 4º O disposto na alínea “c” do artigo 1º e na alínea “d” do artigo anterior não se aplica nas remessas,

em operações internas, para depósito a qualquer título, assim como no retorno ao estabelecimento remetente.

Art. 5º Ficam isentas do ICMS as operações internas com os produtos adiante indicados:

a) massas alimentícias não cozidas, nem recheadas ou preparadas de outro modo, desde que classificadas na posição 1902.11 ou 1902.19 da NBM/SH;

b) pão francês ou de sal, assim entendido aquele de consumo popular, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, que não contenham ingrediente que venha modificar o seu tipo, característica ou classificação e que sejam produzidos com o peso de até 1000 gramas, desde que classificado na posição 1905.90 da NBM/SH;

c) biscoitos e bolachas derivados do trigo, dos tipos ‘cream cracker’, ‘água e sal’, ‘maisena’, ‘maria’ e outros de consumo popular, desde que cumulativamente:

1. sejam classificados na posição 1905.31 da NBM/SH;

2. não sejam adicionados de cacau, recheados, cobertos ou amanteigados, independentemente de sua denominação comercial.

Parágrafo Único. Na saída isenta prevista neste artigo fica dispensado o pagamento do imposto diferido na forma dos artigos 1º e 2º desta lei.

Art. 6º Nas saídas interestaduais, dos produtos relacionados no artigo 2º, com destino aos Estados das regiões Sudeste e Sul, exceto o Estado do Espírito Santo, os estabelecimentos fabricantes poderão utilizar a título de crédito o valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor dessas operações, sem prejuízo da utilização dos demais créditos fiscais.

§ 1º O crédito referido neste artigo não se aplica em relação às operações interestaduais sob o regime de diferimento.

§ 2º Decreto do Poder Executivo fixará a elevação do percentual do crédito previsto neste artigo até o limite da alíquota aplicável, de forma a anular o débito da operação, caso, no Estado de destino vier a vigorar tratamento que reduza a carga tributária do ICMS nas operações internas com esses produtos.

Art. 7º Fica revogada a alínea ‘b’ do artigo 4º da Lei 13.214, de 29 de junho de 2001.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28/06/2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Artagão Júnior, Delegado Braddock, Elton Carlos Welter e Barbosa Neto.

JUSTIFICATIVA:

O presente texto tem por objeto tornar mais eficaz as regras que devem passar a regular a tributação do trigo

em grão e seus derivados no Estado após as medidas adotadas pelo governo paulista que repercutiram negativamente na capacidade competitiva dos produtores e da indústria local.

A substituição da isenção, nas operações internas com trigo em grão prevista no texto original, pelo mecanismo do diferimento, já vigente por força de Decreto do Executivo, e também, a substituição do mecanismo isencional, nas operações internas com farinha de trigo e de mistura pré-preparada para pão, pelo diferimento do lançamento do ICMS, não expor a questão de perquirições de natureza jurídica sobre a inconstitucionalidade da norma, evita o estorno dos créditos que ocorre na isenção em virtude de norma constitucional, além de não estender automaticamente o favor a esses produtos quando importados do exterior.

A política tributária que se engendra no bojo deste substitutivo de projeto de lei tem, por conseguinte, três focos bem definidos: (1) proteger toda a cadeia produtiva paranaense do trigo e de seus derivados, na medida em que o nosso Estado é o principal produtor brasileiro dessa importante matéria-prima agrícola e não pode voltar a se transformar, como em décadas passadas, em mero fornecedor de insumos para processamento em outras Unidades da Federação; (2) preservar e ampliar o nível de emprego e renda dentro do Estado, pela oportunidade de agregar sempre mais valor às matérias-primas aqui produzidas; e (3) tornar menos gravosa a incidência do imposto estadual na formação dos preços dos alimentos de consumo popular, derivados do trigo, inclusive ensejando a redução em cascata de tributos federais (PIS e COFINS) que insidiosamente estão encilhados sobre o próprio ICMS.

Mantém-se, contudo, a isenção para determinados tipos de pães e massas de consumo popular, da mesma forma que a proposta original, no entanto se inclui regra de dispensa do pagamento do imposto diferido da farinha ou da pré-mistura utilizada no seu preparo. Essa regra se torna necessária para complementar a isenção concedida aos produtos, vez que houve substituição da isenção das matérias primas pelo mecanismo do diferimento do lançamento.

Substitui-se também o mecanismo de redução de base de cálculo, previsto na Lei 13.214/2001, que por suas características transfere imposto que deveria ser cobrado no Paraná para o Estado de destino da mercadoria, pelo mecanismo do crédito presumido, sem nenhum prejuízo ao erário ou às empresas. Adota-se neste caso um critério geral de concessão de créditos da ordem de 5% do valor da operação da qual resultou a saída da mercadoria e um critério específico de complementação nos percentuais do crédito, a ser estabelecido em decreto do Poder Executivo, de forma diferenciada por Estado de destino, tendo em vista compensar benefícios que tendam a dificultar a comercialização dos produtos paranaenses em seus territórios.

Por tais razões e no interesse da sociedade e da economia paranaenses, impõe-se, por conseguinte,

incorporar ao universo jurídico as disposições enunciadas no substitutivo de projeto de lei que ora se apresenta.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovado.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a Criar uma CIRETRAN no Município de Piraí do Sul, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2005, de 07.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 365/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo:

O presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no referido município.

Constitucionalidade

Não encontramos óbices à tramitação do presente projeto de lei, de modo que meu parecer é pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 365/2005.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 365/2005

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar no Município de Piraí do Sul, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição muito contribuirá para que a população do referido município possa solucionar a regularização documental de seus veículos sem precisar se deslocar a municípios mais distantes.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/2005, de autoria do Poder Judiciário, que incorpora, por força do disposto no artigo 4º e seu Parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 45, de 08.12.2004, as carreiras dos servidores do extinto Tribunal de Alçada do Paraná ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 384/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

P A R E C E R :

Art. 1º Ficam incorporadas as carreiras constituídas de cargos de provimento efetivo de que trata a Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica incorporado ao quadro de servidores do Poder Judiciário o quadro de cargos de provimento em comissão de que trata a Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997.

§ 1º Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - um (1) de Secretário símbolo DAS-1;

II - um (1) de Diretor de Gabinete do Presidente, símbolo DAS-3;

III - três (3) de Diretor de Departamento, símbolo DAS-3;

IV - um (1) de Diretor da Assessoria de Recursos, símbolo DAS-3;

V - um (1) de Supervisor de Transporte e Manutenção, símbolo 2-C;

VI - um (1) de Eletrotécnico, símbolo 2-C.

§ 2º Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

I - dois (2) de Assessor de Gabinete do Presidente, DAS-4, em dois (2) de Assessor Judiciário do Presidente, DAS-4;

II - um (1) de Assessor de Planejamento, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;

III - um (1) de Assessor de Gabinete do Secretário, DAS-4, em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;

IV - cento e trinta e sete (137) cargos de Assessor de Judiciário, DAS-4, sessenta e oito (68) de Assessor de Desembargador, DAS-4, sessenta e oito (68) de Secretário de Desembargador, DAS-4 e em um (1) de Assessor Administrativo do Presidente, DAS-4;

V - um (1) cargo de Assessor de Gabinete do Vice-Presidente, DAS-4, em um (1) de Secretário do 2º Vice-Presidente, DAS-4;

VI - quatro (4) de Oficial de Gabinete de Desembargador, 1-C, em dois (2) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C, e em dois (2) de Oficial de Gabinete ao Corregedor Adjunto, 1-C.

Art. 3º Ficam criados, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão e suas respectivas simbologias:

I - dois (2) de Assessor Jurídico-Administrativo do 2º Vice-Presidente, DAS-5;

II - um (1) de Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça, DAS-4;

III - um (1) de Secretário do Corregedor Adjunto, DAS-4;

IV - um (1) de Assessor Jurídico-Administrativo do Corregedor Adjunto, DAS-5;

V - um (1) de Assessor de Recursos, DAS-4;

VI - três (3) de oficial de gabinete do Presidente, 1-C;

VII - um (1) de Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 1-C;

VIII - um (1) de Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente, 3-C;

IX - um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, 3-C;

X - um (1) de Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto, 3-C;

XI - cento e quarenta (140) de oficial de gabinete de Desembargador, 1-C;

XII - sessenta (60) de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, 1-C.

Art. 4º Os anexos I e II desta lei passam a integrar o Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, ficando renomeados como Tabelas 1 e 2.

Parágrafo Único. O enquadramento nas carreiras dos grupos ocupacionais correspondentes respeitará a ordem de antiguidade nos níveis a que pertencem os servidores efetivos.

Art. 5º Os cargos criados na forma do artigo 3º serão providos à medida da disponibilidade orçamentária e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária específica do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as Tabelas 1 e 2 do Anexo III da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, a Lei nº 11.737, de 2 de junho de 1997, e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.06.2005.

(a) PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
QUADRO CONSOLIDADO DE SERVIDORES EFETIVOS
(Altera a Tabela I, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997, com as modificações posteriores)

Grupo Ocupacional	Cargos	Nº de Cargos do TJ	Nº de Cargos do Extinto TA	Situação Proposta
SUPERIOR	Assessor Jurídico	93	20	113
	Administrador	11	04	15
	Arquiteto	04	00	04
	Analista De Sistema	20	00	20
	Assistente Social	38	00	38
	Bibliotecário	08	02	10
	Contador	12	02	14
	Dentista	03	00	03
	Economista	09	00	09
	Engenheiro	03	00	03
	Jornalista	05	00	05
	Médico	04	00	04
	Programador De Computador	20	02	22
	Psicólogo	08	00	08
	Total	238	30	268
INTERMEDIÁRIO	Auxiliar De Enfermagem	04	00	04
	Desenhista	03	00	03
	Eletrotécnico	03	00	03
	Mecânico	06	00	06
	Oficial Judiciário	401	151	552
	Operador De Computador	17	02	19
	Técnico Em Computação	23	00	23
	Técnico Judiciário	612	52	664
	Total	1.069	205	1.274

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
QUADRO CONSOLIDADO DE SERVIDORES EFETIVOS
(Altera a Tabela I, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997, com as modificações posteriores)

BÁSICO	Agente De Conservação	160	14	174
	Agente De Serviços Gerais	233	10	243
	Ascensorista	27	00	27
	Copeiro	20	05	25
	Motorista	116	35	151
	Telefonista	12	00	12
	Total	568	64	632
	Total Geral	1.875	299	2.174

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997 com as modificações posteriores)

Sim- bolo- gia	Denominação	Nº de Cargos do TJ	Nº de Cargos do Extinto TA	Situação Proposta TJ
DAS-1	Secretário do Tribunal de Justiça	01	01 (1)	01
DAS-2	Subsecretário do Tribunal de Justiça	01	00	01
DAS-3	Diretor do Gabinete do Presidente	01	01 (1)	01
DAS-3	Secretário do Presidente	01	00	01
DAS-3	Diretor do Departamento	09	03 (1)	09
DAS-3	Diretor da Assessoria de Recursos	01	01 (1)	01
DAS-3	Diretor da Assessoria de Planejamento	01	00	01
DAS-4	Assessor de Planejamento	00	01 (2)	00
DAS-4	Assessor do Gabinete do Presidente	00	02 (2)	00
DAS-4	Assessor do Gabinete do Vice-Presidente	00	01 (2)	00
DAS-4	Assessor Administrativo do Presidente	01	00	04 (2)
DAS-4	Assessor Jurídico Administrativo do Presidente	02	00	02
DAS-4	Assessor Econômico e Financeiro do Presidente	01	00	01
DAS-4	Assessor Patrimonial do Presidente	01	00	01
DAS-4	Assessor Judiciário do Presidente	01	00	03 (2)
DAS-4	Assessor Judiciário	00	137 (2)	00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997 com as modificações posteriores)

DAS-4	Assessor de Recursos	04	09	14 (3)
DAS-4	Chefe de Gabinete do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	01	00	01
DAS-4	Chefe de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	01
DAS-4	Secretário do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-4	Secretário do Corregedor-Geral da Justiça	01	00	01
DAS-4	Chefe do Gabinete do Secretário	01	00	01
DAS-4	Assessor de Gabinete do Secretário	00	01 (2)	00
DAS-4	Supervisor do Centro de Documentação	01	00	01
DAS-4	Secretário de Desembargador	47	68 (2)	115
DAS-4	Assessor de Desembargador	47	68 (2)	115
DAS-4	Supervisor do Centro Assistência Médica e Social	01	00	01
DAS-4	Supervisor do Centro de Apoio ao FUNREJUS	01	00	01
DAS-4	Secretário do Corregedor Adjunto	00	00	01 (3)
DAS-4	Secretário do 2º Vice-Presidente	00	00	01 (2)
DAS-4	Assessor Judiciário do Corregedor-Geral da Justiça	00	00	01 (3)
DAS-5	Assessor Parlamentar do Presidente	01	00	01
DAS-5	Assessor de Imprensa	01	00	01
DAS-5	Chefe do Cerimonial	01	00	01
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do 1º Vice-Presidente	02	00	02
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do 2º Vice-Presidente	01	00	03 (3)
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor-Geral da Justiça	02	00	02
DAS-5	Assessor Jurídico Administrativo do Corregedor Adjunto	01	00	02 (3)
DAS-5	Assessor Correicional	02	00	02
DAS-5	Coordenador da Assessoria do Secretário	01	00	01
DAS-5	Assistente Técnico do Centro de Documentação	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Presidente	02	00	02

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO - QUADRO CONSOLIDADO
(Altera a Tabela 2, Anexo III, da Lei nº 11.719/1997 com as modificações posteriores)

DAS-5	Assessor Especial do 1º Vice-Presidente	01	00	01
DAS-5	Assessor Especial do Corregedor-Geral da Justiça	01	00	01
1 C	Oficial de Gabinete do Presidente	08	00	11 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do 1º Vice-Presidente	06	00	06
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do 2º Vice-Presidente	00	00	01 (3)
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	06	00	06
1 C	Oficial de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	03 (2)
1 C	Oficial de Gabinete do Secretário	02	00	02
1 C	Oficial de Gabinete do Subsecretário	01	00	01
1 C	Assessor do Diretor de Departamento	09	00	09
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	94	00	90 (2)
1 C	Oficial de Gabinete de Desembargador	00	00	140 (3)
1 C	Assessor Técnico do Centro de Apoio ao FUNREJUS	01	00	01
1 C	Assessor de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	00	00	60 (3)
2 C	Supervisor de Transporte e Manutenção	00	01 (1)	00
2 C	Eletrotécnico	00	01 (1)	00
3 C	Auxiliar de Gabinete do Presidente	04	01	05
3 C	Auxiliar de Gabinete do 1º Vice-Presidente	03	00	03
3 C	Auxiliar de Gabinete do 2º Vice-Presidente	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça	04	00	05 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Corregedor Adjunto	01	00	02 (3)
3 C	Auxiliar de Gabinete do Secretário	00	01	01
TOTAL		288	161	654

Obs: Legenda: (1) cargos extintos; (2) cargos transformados; (3) cargos criados.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL - MAIO/2004 A ABRIL DE 2005

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000.00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	maio/2004 a abril/2005
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	399.132
Pessoal Ativo	328.266
Pessoal Inativo	157.328
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC)	86.463
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercício Anteriores	24.523
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.761
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	60.178
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (artigo 18, parágrafo 1º da LRF) (II)	99
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	399.231
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (III) (*)	9.580.920
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II)/(III)	4,17%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	574.855
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	546.112
FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal da Alçada, face a E.C. nº 45, de 08.12.2004. Site: www.tj.pr.gov.br/contas.def.asp .	

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA
 Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
 NELSON BATISTA PEREIRA
 Secretário do Tribunal de Justiça do Estado
 VILMAR FARIAS
 Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe a incorporação do quadro de servidores da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada do Paraná ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e adota outras providências, em decorrência da determinação contida no artigo 4º, parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 45, promulgada em 08 de dezembro de 2004 e publicada no DOU, em 31 de dezembro do mesmo ano, que extinguiu os Tribunais dos Estados Brasileiros. Tal medida visa dar prosseguimento aos atos administrativos, necessários à adequação desta Instituição à nova realidade. Essa matéria foi apreciada e deliberada pelo Órgão Especial deste Tribunal, de conformidade com as resoluções nº 01 e 02/2005; OETJPR, ambas de 02/02/2005, combinado com os Decretos Judiciários nº 72 e nº 247, de 15 de fevereiro e 30 de março de 2005, respectivamente. A presente proposta trata, portanto, da incorporação e transformação dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão (ativos, inativos e pensionistas) vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os quais passam a integrar o Anexo III - Tabelas 1 e 2, da Lei Estadual nº 11719, de 12 de maio de 1997, com as alterações posteriores.

A criação e transformação de cargos de provimento em comissão estão plenamente compensados, conforme se observa no quadro em anexo, com a extinção dos cargos comissionados do extinto Tribunal de Alçada do Estado, exceto em relação aos cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, símbolo 1-C e aos cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, símbolo 1-C.

É relevante destacar que, em decorrência da citada incorporação do extinto Tribunal de Alçada, os Magistrados existentes naquela Corte (Juizes de Alçada) passaram a integrar o quadro de Desembargadores deste Tribunal de Justiça. A fim de manter estrutura análoga em todos os Gabinetes dos Srs. Desembargadores deste Tribunal de Justiça, o presente anteprojeto prevê a criação de cento e quarenta (140) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargadores e de sessenta (60) cargos de Assessor de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau, símbolo 1-C, vindo a integrar o quadro de servidores comissionados da Secretaria deste Tribunal de Justiça do Paraná, com atribuições para executar tarefas de apoio e assessoramento técnico nas atividades meio e fim nos Gabinetes dos Desembargadores de Justiça e dos Juizes de Direito Substitutos em Segundo Grau, cujos cargos serão providos à medida da disponibilidade orçamentária própria deste Tribunal, com observância ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Cumprе salientar que dita Emenda fixou expressamente o prazo de cento e oitenta (180) dias, contados de que promulgação em 08/12/2004, sendo que sua publicação ocorreu em 31/12/2004; para que os

Tribunais de Justiça dos Estados, atingidos, neste tópico, pela supracitada alteração, promovam integrações e alterações necessárias alusivas aos extintos Tribunais de Alçada e suas ex-Secretarias, visando a dar o devido prosseguimento legal, inclusive com envio do presente anteprojeto de lei aos respectivos Legislativos Estaduais, coadunando dessa forma suas atividades meio e fim.

O impacto financeiro da presente proposta, que terá efeito a partir do mês de junho do corrente exercício financeiro de 2005, totalizará o valor de R\$2.833.460,75 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, cuja participação estimada situar-se-á em 5,34% (cinco vírgula trinta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida, abaixo, portanto, do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único da citada lei.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto anexo estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2005 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Curitiba, 30 de maio de 2005.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PRESIDENTE

OF.ÍCIO Nº 418/2005 G.P.

Curitiba, 30 de maio de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, acompanhado da respectiva justificativa, o qual incorpora o quadro de servidores da Secretaria do extinto Tribunal de Alçada do Estado ao quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria deste Tribunal de Justiça, e adota outras providências, *ex vi*, do contido no artigo 4º e seu parágrafo único da Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, a qual entre outras providências também extinguiu os Tribunais de Alçada do País.

Certo de que a proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Presidente

Exmo. Sr.
Deputado Estadual Hermas Brandão
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 384/2005

P A R E C E R :

Do projeto

O Projeto de Lei nº 384/2005 pretende atender aos dispostos na Emenda Constitucional nº 45, em especial ao artigo 4º e seu parágrafo único, e incorporar as carreiras dos servidores do extinto Tribunal de Alçada do Paraná ao quadro de servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Isso para que tal medida vise dar prosseguimento aos atos administrativos necessários à adequação desta instituição à nova realidade.

A Emenda Constitucional nº 45, em seu artigo 4º e parágrafo único:

“Art. 4º Ficam extintos os Tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antigüidade e classe de origem.

Parágrafo Único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário Estadual.”

A Constituição do Estado assim diz:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Face ao disposto na Emenda Constitucional nº 45, artigo 4º e parágrafo único, é senão dever do Poder Judiciário reestruturar os quadros dos servidores do extinto Tribunal de Alçada ao quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça. Isso implica dizer na plenitude da iniciativa do projeto, bem como de sua propositura, conforme o artigo supracitado da Constituição do Estado.

Do voto

O Projeto de Lei nº 384/2005 se enquadra nos princípios e determinações constitucionais e apresenta-se em

perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da técnica legislativa.

Desta forma, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 384/2005, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR- Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 384/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, incorpora as carreiras de servidores do extinto Tribunal de Alçada ao Quadro Próprio de Servidores do Poder Judiciário.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável, por estar a matéria amparada na Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2005, que autoriza a abertura de crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos a transferência do superávit financeiro do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito - FUNRESTRAN, apurado no balanço patrimonial de 2004. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/2005, de 27/06/2005, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 412/2005

P A R E C E R :

Ementa. Autorização para abertura de crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, recursos do superávit financeiro do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito. Necessidade de prévia autorização do Legislativo, consonância com a Constituição Estadual. Emenda supressiva para adequação a LC 95/98. Aprovação.

Preâmbulo:

O Projeto de Lei nº 412/2005, de autoria do Poder Executivo, autoriza a abertura de crédito adicional ao

Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual 14.600, de 27 de dezembro de 2004, no valor de R\$15.219.325 (quinze milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e vinte e cinco reais), a serem utilizados na aquisição de equipamentos e material permanente e execução de obras para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Fundamentação:

A Constituição Estadual, em seus dispositivos, fixa diretrizes sobre a matéria abordada pelo projeto de lei. Assim, dispõe em seu artigo 54, inciso XXXIV, artigo 87, inciso XIX, artigo 134 e artigo 135, incisos III, V, VI:

“Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXXIV - autorizar operações de natureza financeira externa ou interna:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

XIX - realizar as operações de crédito previamente autorizadas pela Assembléia;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Art. 135. São vedados:

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, exceto as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.” (grifos nosso)

Conforme exposto, nota-se que a abertura de créditos adicionais ao Orçamento do Estado, previamente aprovado, só é possível com a autorização da Assembléia Legislativa. Desta forma, os projetos de lei do Executivo quer visem à abertura de créditos extraordinários devem ser remetidos à Assembléia Legislativa para que esta conceda autorização para que seja concretizado tal feito.

Ainda, conforme os dispositivos constitucionais, o projeto de lei que pretende a abertura de crédito suplementar, além de prévia autorização legislativa, deve indicar os recursos correspondentes à abertura do crédito. No mesmo sentido, o projeto que visa o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro deve ter, obrigatoriamente, a anuência do Poder Legislativo.

Contudo, conforme exposto, verificamos que o projeto de lei ora analisado está em conformidade com os ditames da Constituição Estadual, uma vez que pede autorização da Assembléia Legislativa para a abertura de

crédito adicional, bem como para remanejamento de recursos de um órgão para o outro e, também, indica os recursos correspondentes à abertura de crédito.

Conclusão

Neste contexto, verificamos que o projeto está em conformidade com nossa Constituição Estadual, bem como, com as alterações propostas, dentro da legalidade.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, exceto o disposto no artigo 9º da citada lei, o qual determina que “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 4º do projeto de lei em análise.

Portanto, faz-se necessária emenda supressiva, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/98, excluindo a cláusula revogatória contida no artigo 4º do projeto em tela.

Desta forma, em decorrência do parecer, inferimos pela aprovação do projeto que ora se analisa, na forma da emenda supressiva em anexo, conforme motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 412/2005

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 4º do Projeto de Lei nº 412/2005, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 412/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, autoriza a abertura de crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos a transferência do superávit financeiro do FUNRES-TRAN.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também, parecer favorável ao projeto de lei, que visa proporcionar a melhoria dos serviços prestados a população paranaense na área de segurança pública.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2005, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre os proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do Estado do Paraná, a regularização das contribuições previdenciárias dos referidos serventuários em atividade e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

PROJETO DE LEI Nº 413/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os valores básicos dos proventos dos serventuários aposentados do foro extrajudicial do Estado do Paraná ficam fixados consoante a tabela anexa.

Art. 2º Os proventos dos serventuários do foro extrajudicial aposentados pelo Tribunal de Justiça, a que se refere o artigo anterior, bem como o valor das pensões deferidas aos respectivos dependentes, ficam desvinculados de tabelas e anexos de leis estaduais aplicáveis aos servidores e serventuários titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário.

Art. 3º Os reajustes dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial aposentados pelo Tribunal de Justiça, dar-se-ão por proposta do Órgão Especial.

Art. 4º Nos termos da Lei Federal nº 8935, de 18 de novembro de 1994 e do disposto no parágrafo 1º do artigo 34 da Lei Estadual nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, com a redação dada pela Lei Estadual nº 12607, de 08 de julho de 1999, fixa-se o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta lei, para que os serventuários do foro extrajudicial, não remunerados pelos cofres públicos, promovam a regularização de suas contribuições junto a Paranaprevidência.

Parágrafo Único. O não atendimento do disposto no *caput* implicará no cancelamento da inscrição do inadimplente junto à Paranaprevidência, submetendo-se às normas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista no parágrafo único, do artigo 66, da Lei nº 10219, de 21 de dezembro de 1992 e do artigo 201, da Constituição Federal.

Art. 5º Será por igual cancelada a inscrição dos serventuários do foro extrajudicial que deixarem de recolher 03 (três) contribuições mensais consecutivas.

Art. 6º O serventuário do foro extrajudicial excluído do regime próprio por inadimplemento não poderá a ele ser reintegrado.

Art. 7º Ocorrendo o cancelamento da inscrição os valores vertidos a título de contribuição previdenciária para a antiga Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ, instituída pela Lei Estadual nº 4975, de 02 de dezembro de 1964 e para a Paranaprevidência, deverão ser objeto da compensação financeira a que se refere a Lei Federal nº 9796, de 05 de maio de 1999, ou de custeio das pensões já deferidas aos dependentes dos serventuários da justiça inscritos na antiga Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça - CPSJ e na Paranaprevidência.

Art. 8º No prazo de 30 dias, contados a partir da publicação desta lei, o Tribunal de Justiça regulamentará o processo de revisão das aposentadorias concedidas aos serventuários do foro extrajudicial.

Art. 9º As despesas decorrentes do reajuste de proventos concedido aos serventuários aposentados do foro extrajudicial correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2005, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2005.

(a) PODER JUDICIÁRIO

**TABELA ÚNICA
SERVENTUÁRIOS FORO EXTRAJUDICIAL**

CARGOS	NÍVEIS	PROVENTOS BÁSICOS
Oficial de Registro de Imóveis		
Entrância Final	E4	2.838,78
Entrância Intermediária	E3	2.773,80
Entrância Inicial	E2	2.710,31
Tabelião de Notas		
Entrância Final	E4	2.838,78
Entrância Intermediária	E3	2.773,80
Entrância Inicial	E2	2.710,31
Oficial de Protestos de Títulos		

Entrância Final	E4	2.838,78
Entrância Intermediária	E3	2.773,80
Entrância Inicial	E2	2.710,31
Oficial de Registro de Títulos e Documentos P.J.		
Entrância Final	E4	2.838,78
Entrância Intermediária	E3	2.773,80
Entrância Inicial	E2	2.710,31
Oficial de Registro Civil, Nascimento, Casamento e Óbito		
Entrância Final	E4	2.838,78
Entrância Intermediária	E3	2.773,80
Entrância Inicial	E2	2.710,31
Escrivão Distrital		
Entrância Final	E1	2.648,24
Entrância Intermediária	D11	2.258,39
Entrância Inicial	D10	2.206,67
Oficial Maior (Sede de Comarca)		
Entrância Final	E1	2.648,24
Entrância Intermediária	D11	2.258,39
Entrância Inicial	D10	2.206,67
Oficial Maior (Cartório Distrital)		
Entrância Final	D10	2.206,67
Entrância Intermediária	D4	1.920,34
Entrância Inicial	C1	1.420,80
Escrevente Juramentado (Sede de Comarca)		
Entrância Final	D10	2.206,67
Entrância Intermediária	D4	1.920,34
Entrância Inicial	C1	1.420,80
Escrevente Juramentado (Cartório Distrital)		
Entrância Final	C1	1.420,80
Entrância Intermediária	B8	1.300,57
Entrância Inicial	B3	1.160,80

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto dispõe sobre proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial do

Estado do Paraná e a regularização das contribuições dos referidos serventuários ativos junto à Parana Previdência. Além disto propõe a desvinculação de aposentadorias e de pensões de tabelas e anexos de leis estaduais aplicáveis aos servidores e serventuários titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário.

A definição dos níveis de valores dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial vinha sendo dada pelo artigo 12 da Lei nº 11719, de 12 de maio de 1997.

Estes valores foram reajustados pela Lei nº 13572, de 29 de maio de 2002, em face de condenação judicial imposta nos autos nº 10878, da 3ª Vara da Fazenda Pública desta Capital.

A recente alteração dos vencimentos básicos determinada pela Lei nº 14506/94 todavia não foi estendida aos serventuários aposentados do foro extrajudicial, restringindo-se apenas aos servidores do foro judicial, remunerados ou não remunerados.

Este anteprojeto tem pois por primeira finalidade atualizar o valor básico dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial, por um princípio de equidade, por não terem sido contemplados na referida Lei nº 14506/94.

Mas também se propõe a disciplinar as contribuições dos serventuários ativos do foro extrajudicial à Parana Previdência.

O artigo 34, da Lei nº 12.398/98, com a redação dada pela Lei nº 12.607/99, enquadrando no regime próprio os serventuários da Justiça remunerados ou não remunerados, admitidos antes da vigência da Lei Federal nº 8935.

Como não há porém qualquer norma disciplinando as consequências do não recolhimento das contribuições, o que vem causando problemas administrativos no momento de se conceder a aposentadoria ou benefício da pensão a dependentes, o anteprojeto abre uma oportunidade para que os inadimplentes venham regularizar sua situação, no prazo de 120 dias, sob pena de se submeterem ao regime geral da Previdência Social.

A inadimplência de três contribuições mensais consecutivas também acarretará o cancelamento da inscrição junto à Parana Previdência.

Em qualquer hipótese, o inadimplente assim excluído não poderá retornar ao regime próprio.

As contribuições que houver recolhido serão objeto de compensação financeira intraprevidência ou de custeio de benefícios já deferidos.

Finalmente, pela presente proposta haverá a desvinculação de proventos e pensões relativas ao foro extrajudicial de tabelas e anexos de leis estaduais aplicáveis aos servidores e serventuários titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário.

Não se pode utilizar a mesma tabela de vencimentos do quadro de servidores da ativa para reajustar proventos dos serventuários do foro extrajudicial em face de sua situação peculiar, pois não são remunerados pelos cofres públicos, nem ocupam cargos efetivos.

Os reajustes dos proventos destes serventuários devem ser feitos em sede própria, por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, atendendo-se o preceito constitucional de se preservar o valor real do benefício, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 40, parágrafo 8º, da CF) e não por vinculação com a Lei nº 11.719 de 12 de maio de 1997.

Deve-se destacar que as despesas decorrentes da lei que ora se propõe correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário do Paraná, observando-se os preceitos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Relatório da Comissão de Convênio da Parana-previdência sobre o Anteprojeto de Aumento nos Proventos dos Serventuários do Foro Extrajudicial

Senhor Desembargador Presidente:

A Comissão de Convênio com a Parana-previdência, atendendo a incumbência que lhe foi delegada pelo colendo Órgão Especial, tendo como relator o Desembargador Munir Karam vem apresentar a V. Exa. o relatório aprovado sobre o anteprojeto de lei que dispõe sobre o aumento nos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial.

O propósito inicial, era o de examinar a legalidade destas aposentadorias e do pretendido reajuste dos proventos.

Mas a Comissão entendeu por bem aproveitar a oportunidade para tratar de outros temas correlatos, como a vinculação de proventos às tabelas e anexos dos servidores ativos, a regularização das contribuições dos serventuários ativos do foro extrajudicial e a revisão nos processos de aposentação.

I - Fundamento Legal da Aposentadoria dos Servidores do Foro Extrajudicial

A referida categoria veio inserida no sistema de previdência do Poder Judiciário desde a Lei PR 4.975, de 01/12/64, que consolidou as leis então vigentes para o Regime Jurídico dos Serventuários da Justiça, estabelecendo regras de aposentadorias e pensões.

O regime de **aposentadoria** ficava a cargo do Estado, através do Poder Judiciário (art. 4) e o regime de **pensões** a cargo do extinto IPE, pela chamada Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça (artigo 5).

A Lei PR 4.975/64, estabelecia que a **regularidade** da **contribuição** para o custeio do benefício da pensão previdenciária era **requisito** para a concessão de qualquer aposentadoria (art. 11 c).

Com a edição da Lei PR nº 10.219/92 este regime foi profundamente alterado. O artigo 66 estabeleceu que os serventuários não remunerados pelos cofres públicos deveriam ser incorporados ao *regime de previdência pública nacional*, mas poderia **optar** pelo regime próprio estadual, desde que contribuíssem para o Fundo de Previ-

dência, no montante estabelecido pelo Conselho Curador, conforme cálculo atuarial.

A Lei PR nº 10.237, de 04 de janeiro de 1993, que dispôs sobre a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dividiu o Quadro em dois grupos.

Colocou o GRUPO A as **Serventias de Justiça estabilizadas**, compreendendo os *Ofícios de Justiça do Foro Judicial remunerados pelos cofres públicos* (Escrivães do Cível, escrivães do crime, contadores, partidores, distribuidores, depositários públicos e avaliadores judiciais).

E, no GRUPO B, as **Serventias de Justiça privatizadas por delegação do poder público**, compreendendo os Ofícios de Justiça do foro extrajudicial, os Ofícios Maiores e Escreventes juramentados das serventias de Justiça dos foros extrajudiciais e judicial, não remunerados pelos cofres públicos, (Oficiais do registro de Imóveis, de Protestos de Títulos, de Títulos e Documentos de Registro Civil e Tabeliães de Notas, além de Escrivães distritais, Oficiais maiores e escreventes juramentados).

Este quadro foi alterado pela Lei PR nº 11.719, de 12 de maio de 1997, que dispôs - em seu artigo 11 - sobre vencimentos dos servidores pertencentes aos quadros do **foro judicial** (Escrivães do crime, a Vara de Infância e da Juventude, da Fazenda Pública, da Família, de Registro Públicos, das Varas de delito de trânsito, do Tribunal do Júri, das Execuções Penais e da Corregedoria dos Presídios).

E, no seu artigo 12, sobre **proventos** de aposentadoria das demais categorias que integravam o Quadro de Pessoal das Serventias de Justiça, definidos na Lei nº 10.237, a saber: (a) **Escrivães do cível, contadores, partidores, distribuidores, depositários públicos e avaliadores judiciais**; (b) **Oficiais do registro de Imóveis, de Protestos de Títulos e Documentos, de Registros Cível e Tabeliães de Notas, além de Escrivães distritais. Oficiais maiores e escreventes juramentados**.

Como se pode observar, embora o artigo 12 não faça a distinção acima, contempla proventos quer dos **servidores do foro judicial não remunerados pelos cofres públicos** quer os integrantes do **foro extrajudicial**.

A Lei Federal nº 8935/94, em seu artigo 40, definiu que notários e registradores **são vinculados à previdência social, de âmbito federal**.

Em seu artigo 51, porém, dispôs que aos *atuais* notários e registradores ficava assegurado o direito de percepção dos proventos, de acordo com a legislação que anteriormente os regia, desde que tivessem mantido as contribuições nele estipuladas, até a data do deferimento do pedido ou de sua concessão.

Conclui-se, desta forma, que os serventuários continuam filiados ao **regime próprio**, desde que atendidas as disposições atinentes ao custeio do regime, no caso as Leis Estaduais nºs 4975/64 e 10219/92.

Diga-se que apenas a metade dos serventuários não remunerados vem contribuindo para o custeio dos benefícios.

E a Emenda Complementar nº 20/98 definiu que apenas ocupantes de *cargos efetivos* podem ser filiados aos regimes próprios dos servidores públicos.

É de se ressaltar, porém, que o artigo 3º da Emenda nº 20/98 criou regra de transição, assegurando o pagamento de benefícios previdenciários exclusivamente àqueles que tivessem completado os requisitos para a concessão de aposentadoria ou pensão até a data da publicação da referida emenda, segundo as leis então vigentes.

Criou-se então esta dicotomia, pela qual os serventuários que não tivessem o tempo para aposentadoria, ficariam fora do regime próprio. Não obstante, estavam eles ao abrigo do artigo 54 da Lei nº 8935/94.

Como a lei que criou a Parana Previdência nada dispunha sobre a situação de notários e registradores, para suprir a lacuna, foi aprovada a Lei Estadual nº 12607, de 08.07.99, que deu nova redação ao artigo 34 da Lei nº 12398/98, cuja constitucionalidade vem sendo questionada. Este dispositivo enquadra no regime próprio os serventuários da Justiça remunerados ou não remunerados, admitidos **antes** da Lei Federal nº 8935. O ESTADO DO PARANÁ acusa que esta norma ignorou a fonte de custeio, como prevê o parágrafo único do artigo 149, da CF. Além disso, albergou os serventuários que ainda não tinham tempo de aposentação fechado, contrariando pois a EC nº 20. O único requisito previsto na Lei nº 12607 é o de que os serventuários tenham sido admitidos antes da citada Lei nº 8935.

II - Situação jurídico-previdenciária atual

Temos pois duas situações diferenciadas:

(a) Na primeira delas, a conclusão inarredável é a de que os serventuários da Justiça não remunerados que, até a data da Emenda Constitucional nº 20 (15/12/98), tiverem cumprido os requisitos para a aposentação, **possuem este direito assegurado** (artigo 3º).

(b) Quanto à segunda, pode-se questionar a constitucionalidade da nova redação, dada ao artigo 34, pela Lei/PR nº 12607, no que se refere àqueles serventuários que, ao tempo da EC nº 20/98, ainda **não** tivessem fechado o tempo para aposentação.

É preciso se examinar até que ponto o EC nº 20/98, que deu nova redação ao artigo 40, da CF, assegurando regime de previdência própria apenas **aos servidores titulares de cargos efetivos**, afetou a regra de transição do artigo 51, da Lei Federal nº 8935/94. E isso em face do chamado *direito adquirido*.

Ao comentar o referido dispositivo, assim preleciona Walter Ceneviva: “*Seja qual for o tempo decorrido, até o momento de solicitarem aposentadoria ou de esta lhes ser imposta compulsoriamente, por invalidez a lei lhes preserva o direito adquirido de receberem o benefício, de acordo com a legislação que anteriormente os*

regia. Há de ser observada uma condição suspensiva: terem mantido as contribuições estipuladas na lei até a data do deferimento do pedido, se voluntária ou de sua concessão, se compulsória” (Lei dos Notários e dos Registradores Comentada, pág. 256, 3ª ed., - São Paulo: Saraiva, 2000).

O Estado do Paraná ajuizou no Supremo Tribunal Federal a ADIN nº 2791, relator Min. Gilmar Mendes, questionando a constitucionalidade desta norma. Não foi concedida liminar, mas a Procuradoria Geral da República, deu parecer pela procedência da ação direta.

A Parana Previdência, dando cumprimento precário ao disposto no artigo 34, com a redação dada pela Lei/PR nº 12.607/99 incluiu, entre seus filiados, os serventuários não remunerados pelos cofres públicos, admitidos anteriormente à vigência da Lei Federal nº 8935/94, recolhendo contribuições apenas relativas às pensões, criando para tal o Fundo dos Serventuários da Justiça, separando porém a contribuição destes agentes das contribuições dos servidores do Estado do Paraná.

Há depositado neste Fundo, atualmente, um valor aproximado de **vinte** milhões de reais (R\$ 19.370.000,00). Os serventuários da Justiça não remunerados vêm contribuindo com uma alíquota mensal de 21,93% sobre o vencimento básico, que se destinaria ao pagamento apenas das futuras pensões (e não das aposentadorias). O percentual foi fixado com base em cálculo atuarial. O recolhimento médico mensal destas contribuições é no valor de R\$ 190.000,00. Em contrapartida, a Parana Previdência vem pagando pensões mensais no valor de R\$ 470.000,00 atendendo a um total de **187 pensionistas**. Há portanto um déficit mensal de R\$ 280.000,00.

III - Da situação contributiva

No relatório anteriormente encaminhado, fizemos um levantamento da situação contributiva que, embora desatualizado, pode ainda fornecer alguns subsídios úteis.

O Tribunal de Justiça está pagando proventos de aposentadoria a **446 serventuários** não remunerados, no valor **mensal** de R\$ 1.174.151,04. Isso representa 3,79% do valor bruto da folha com pessoal. O total da folha é de 31 milhões de reais.

Os serventuários não remunerados podem ser divididos em três categorias: a) adimplentes, b) inadimplentes, c) excluídos do sistema.

São 507 adimplentes, 441 inadimplentes do sistema. Há pois um total de 948 serventuários inscritos. Havião sido excluídos 67.

A Parana Previdência, por outro lado, estava pagando 187 pensões mensais, ao valor médio de R\$2.000,00, com uma folha mensal de R\$ 470.000,00, como acima exposto. O valor das pensões segue rigorosamente a tabela constante da Lei nº 13572/2002.

Havendo o aumento proposto na tabela de 30% em média, sobrevirão duas conseqüências. De um lado, ele

se estenderá também às pensionistas. Mas, de outro, aumentará na mesma proporção o valor da contribuição dos integrantes dos quadros do foro extrajudicial. E, deste modo, a inadimplência, que já é grande, tenderá a aumentar. Diga-se que a contribuição é apenas sobre o básico, enquanto eles levam à aposentadoria mais 50% de vantagens e adicionais. As pensões também são pagas sobre o valor básico da tabela.

Em resumo, tem-se como direito adquirido e incontroverso a aposentação dos serventuários do foro extrajudicial que tenham completado os requisitos legais até a data da Emenda Constitucional nº 20 (15/12/98) e de seu pagamento a expensas do orçamento do Poder Judiciário, desde que enquadrados nos requisitos dispostos em lei. Trata-se, porém, de um quadro em fase de extinção.

Quanto aos demais, a matéria está *sub judice*, dependendo do julgamento da ADIN. A Parana Previdência tem aceitado as contribuições destes serventuários a título *precário*, depositando os depósitos feitos em um fundo em separado. Tem-se pois como de legalidade duvidosa a concessão de referidas aposentadorias.

IV - Do aumento proposto

Convém ressaltar que a Lei nº 11719/97 promoveu uma *equiparação* entre os servidores remunerados do foro judicial e os do foro judicial e extrajudicial não remunerados, ao mandar aplicar a mesma Tabela 3, do Anexo III.

Em face da ação declaratória movida pelos servidores do Poder Judiciário, sobreveio a Lei nº 13572, que concedeu um aumento linear de 30,74%, nela se incluindo a Tabela 3, do Anexo III. E, assim, por extensão, foram beneficiados os aposentados do foro extrajudicial, que também eram partes na referida demanda.

A Lei nº 14506, porém, veio conceder aumento apenas aos servidores ativos e inativos do foro judicial, elevando os níveis de vencimentos do Anexo II.

A Comissão entende, com a devida vênia, que não houve qualquer equívoco em não se contemplar, com os mesmos percentuais, os aposentados do foro extrajudicial, porquanto se tratam de categorias distintas, sem que se possa dizer que ocorra qualquer tipo de vinculação ou de equiparação.

A Comissão também entende que possa ser concedido o pretendido reajuste não por uma questão de isonomia ou equiparação, mas atendendo ao princípio da equidade e os critérios de conveniência e oportunidade da administração. Se assim não fosse ter-se-ia que reconhecer inclusive efeitos retroativos.

V - Da desvinculação das tabelas

A Comissão entende como sendo da maior importância a desvinculação das tabelas únicas para servidores aposentados do foro extrajudicial e servidores de cargos efetivos. O valor dos proventos dos inativos é fixado atendendo a certas peculiaridades pessoais na data da aposentação, segundo a lei vigente à época. Não se pode utilizar a mesma tabela de vencimentos do quadro de servidores

da ativa para reajustar proventos dos serventuários do foro extrajudicial em fase de sua situação peculiar, pois não são remunerados pelos cofres públicos, nem ocupam cargos efetivos. Há pois que haver completa desvinculação corrigindo-se a anomalia existente. Os reajustes dos proventos destes serventuários devem ser feitos em sede própria, por proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, atendendo-se o preceito constitucional de se preservar o valor real de benefício, conforme critérios estabelecidos em lei (artigo 40, parágrafo 8º, da CF).

VI - Da regularização das contribuições dos serventuários ativos do foro extrajudicial

Como acima se disse, a lei que criou a Parana Previdência nada dispunha sobre a situação de notários e registradores. Para suprir a lacuna, foi aprovada a Lei Estadual nº 12.607, de 08/07/99, que deu nova redação ao artigo 34, da Lei nº 12398/98, cuja constitucionalidade vem sendo questionada. Este dispositivo enquadra no regime próprio os serventuários da Justiça remunerados ou não remunerados, admitidos **antes** da vigência da Lei Federal nº 8935/94.

A Parana Previdência, dando cumprimento precário ao disposto no artigo 34, com a redação dada pela Lei/PR nº 12.607/99 inclui, entre seus filiados, os serventuários não remunerados pelos cofres públicos, admitidos anteriormente à vigência da Lei Federal nº 8935/94, recolhendo contribuições apenas relativas às pensões, criando para tal o Fundo dos Serventuários da Justiça, separando porém a contribuição destes agentes das contribuições dos servidores do Estado do Paraná.

Ocorre que há um percentual razoável de inadimplência, que vem gerando sérios problemas administrativos quando ocorre o pedido de aposentadoria. Não há qualquer norma disciplinando a matéria. Para colmatar esta lacuna, está se propondo uma oportunidade para que os inadimplentes venham regularizar a sua situação.

O recolhimento pontual das contribuições não é apenas exigência de sustentabilidade do regime de benefícios desta categoria, como também imposição legal.

Repita-se o ensinamento de Walter Ceneviva: os inscritos devem ter “*mantido as contribuições estipuladas na lei até a data do deferimento do pedido, se voluntária ou de sua concessão, se compulsória*” (Lei dos Notários e dos Registradores Comentada, pág. 256, 3ª ed., - São Paulo: Saraiva, 2000).

A providência ora proposta virá portanto trazer importante contribuição para que o Fundo dos Serventuários possa ser bem gerenciado e avaliado atuarialmente.

VI - Da revisão dos processos de aposentação

A Comissão entende necessária a revisão de todos os processos de aposentação dos serventuários do foro extrajudicial. Estará a se fazer estrito controle da legalidade quanto aos requisitos da aposentadoria, bem como de adicionais e vantagens incorporadas, além da contagem de tempo de serviço.

É medida que, mediante comando legal, se tornaria inquestionável e significará a possibilidade concreta de corrigir eventuais aplicações indevidas da legislação vigente.

Este e o relatório que cumpria à Comissão submeter à elevada apreciação de V. Exa. e dos integrantes do Egrégio Órgão Especial.

A Comissão ainda se permitiu fazer a minuta do anteprojeto de lei, que segue em anexo.

Curitiba, 17.06.2005.

(aa) Desembargador ANTONIO LOPES DE NORONHA
Presidente
Desembargador MUNIR KARAN
Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL - MAIO/2004 A ABRIL DE 2005

LRF. art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1.000.00

DESPESAS DE PESSOAL	DESPESAS LIQUIDADAS
	maio/2004 a abril/2005
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I)	399.132
Pessoal Ativo	328.266
Pessoal Inativo	157.328
Despesas não Computadas (artigo 19, parágrafo 1º da LRF e Resolução nº 7598/02 - TC)	86.463
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercício Anteriores	24.523
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.761
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	60.178
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	99
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (I+II)	399.231
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - (III) (*)	9.580.920
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II)/(III)	4,17%
LIMITE MÁXIMO - (art. 20 da LRF) - 6,00%	574.855
LIMITE PRUDENCIAL - (art. 22 da LRF) - 5,70%	546.112
FONTE: Relatórios contábeis junto ao Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, considerando inclusive os dados financeiros do extinto Tribunal da Alçada, face a E.C. nº 45, de 08.12.2004. Site: www.tj.pr.gov.br/contas.def.asp .	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL - MAIO/2004 A ABRIL DE 2005

(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

NELSON BATISTA PEREIRA

Secretário do Tribunal de Justiça do Estado

VILMAR FARIAS

Diretor do Departamento Econômico e Financeiro

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto anexo, estão contempladas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2005 e no Plano Plurianual 2004/2007.

Curitiba, 24.06.2005.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

OFÍCIO Nº 515/2005

Curitiba, 24 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Com a mais elevada consideração dirijo-me a V. Exa. para encaminhar o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os proventos de aposentadoria dos Serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná e a regularização das contribuições previdenciária dos referidos serventuários em atividades com a respectiva justificativa relatório de gestão fiscal do exercício corrente deste Tribunal e a declaração de regularidade da despesa de conformidade com o disposto no artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Contando com a sensibilidade administrativa que sempre o caracterizou no exercício de tão relevante função pública e, por isso mesmo, certo de contar com sua atenção e presteza consigno a Vossa Excelência as mais elevadas expressões de consideração e apreço.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Hermas Eurídes Brandão

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 413/2005

P A R E C E R :

Do projeto

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná o Projeto de Lei 413/2005, dispõe sobre os

proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná, e regularização das contribuições previdenciárias dos referidos serventuários em atividade junto à Paranaprevidência. Propõe ainda a desvinculação de aposentadorias e de pensões de tabelas e anexos de leis estaduais aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário.

Do Parecer

A definição dos níveis de valores dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial vinha sendo dada pelo artigo 12 da lei 11.719, de 12 de maio de 1997. Estes valores foram reajustados pela lei 13.572, de 29 de maio de 2002, em face de condenação judicial imposta nos autos nº 10.878, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.

Entretanto, a alteração dos vencimentos básicos determinada pela Lei 14.506/2004 não foi estendida aos serventuários aposentados do foro extrajudicial, restringindo-se apenas aos servidores do foro judicial, remunerados ou não remunerados. O Projeto de Lei 413/2005 tem por finalidade atualizar o valor básico dos proventos dos serventuários do foro extrajudicial e se propõe disciplinar as contribuições dos serventuários ativos do foro extrajudicial à Paranaprevidência.

O artigo 34 da lei 12.398/98 com a redação dada pela Lei 12.607/99, enquadrando no regime próprio os serventuários da justiça remunerados ou não remunerados, admitidos antes da vigência da Lei Federal nº 8.935. Ora, como não há qualquer norma disciplinando as consequências do não recolhimento das contribuições, o que vem causando problemas administrativos no momento de conceder a aposentadoria ou pensões, o Projeto de Lei procura regularizar a situação dando prazo para tanto. Finalmente o Projeto de Lei prevê a desvinculação de proventos e pensões relativas ao foro extrajudicial de tabelas e anexos de leis estaduais aplicáveis aos servidores e serventuários titulares de cargos efetivos do Poder Judiciário.

A lógica da norma está em que não se pode utilizar a mesma tabela de vencimentos do quadro de servidores da ativa para reajustar proventos dos serventuários do foro extrajudicial em face de sua situação peculiar, pois não são remunerados pelos cofres públicos, nem ocupam cargos efetivos, devendo ser feitos por propostas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Do Voto

Da análise do Projeto de Lei nº 413/2005 sob a orientação constitucional e legal observa-se o cumprimento dos dispositivos, inclusive o preceituado na lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LDF), do que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 413/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, dispõe sobre os proventos de aposentadoria dos serventuários do Fórum Extrajudicial do Estado do Paraná.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Chamada a opinar, conforme dispõe parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a Comissão de Finanças apresenta, também parecer favorável, pois o projeto cumpre os dispositivos constantes da Lei Complementar nº 101/2000, e trata-se competência exclusiva do Tribunal de Justiça apresentar proposição sobre a matéria.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Aprovado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Queria registrar a presença do ex-Prefeito de Roncador, Dr. Odilon, que está aqui conosco.

E em nome do Deputado Nereu Moura, também agradecer a presença do Prefeito Elcio Monareto da nossa querida Bom Sucesso do Sul.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 29, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 053, 262 e 264/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 096, 130, 150, 161, 215, 217, 229, 311, 341, 365, 384, 412 e 413/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2005.

Levanta-se a Sessão.

X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X* X*